

CRITÉRIOS PARA INTERVENÇÕES E TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES: UMA REFLEXÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA

*INTERVENTION AND TRANSFORMATION SYSTEM OF OPEN SPACES CRITERIA:
A REFLECTION CONCEPTUAL AND METHODOLOGICAL*

Jonathas Magalhães Pereira da Silva*

Denio Munia Benfatti**

Wilson Ribeiro dos Santos Junior***

Claudia Pezzuto****

RESUMO

O presente texto é fruto da pesquisa “Os Sistemas de Espaços Livres na Constituição da Forma Urbana Contemporânea no Brasil: Produção e Apropriação – QUAPÁ-SEL II – Quadro do Paisagismo – Sistema de Espaços Livres de Edificação”. O artigo apresenta as premissas e os critérios adotados para o entendimento da forma urbana e para o estabelecimento de ações que visam à desejada “qualificação” do Sistema de Espaços Livres de edificação de uma área urbana. Problematiza-se o termo “qualificação” e são discutidos os pressupostos subjacentes à escolha das categorias de análise utilizadas para a confecção dos mapas síntese durante a pesquisa QUAPÁ-SEL. Os aspectos ambientais, funcionais e estéticos utilizados na análise de espaços livres de edificação mostram-se insuficientes para analisar o Sistema de Espaços Livres, pois estes, diferentes de seus elementos, se consolidam em função de aspectos urbanos de mobilidade e acessibilidade, da composição fundiária, da dinâmica e do modelo econômico, de fatores climáticos e do contexto social, considerando as diferentes dinâmicas de apropriação do espaço. Desta reflexão propõe-se para discussão uma lista de diretrizes, que não pretende ser exaustiva, para o estabelecimento de pressupostos para as ações propositivas, ressaltando a necessidade prévia de definição dos critérios de prioridades aos quais o projeto se submete, isto é, uma ética declarada do que se quer transformar. Portanto, com a intenção de provocar o debate, levantam-se alguns princípios-chaves a serem explicitados no colóquio.

Palavras-chave: Sistema de Espaços Livres. Gestão urbana. Premissas de planos e projetos.

* Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Rodovia Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil.

jonathas.silva@puc-campinas.edu.br

** Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Rodovia Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil.

deniobenfatti@puc-campinas.edu.br

*** Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Rodovia Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil.

wilson@puc-campinas.edu.br

**** Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Infraestrutura Urbana da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Rodovia Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil.

claudiapezzuto@puc-campinas.edu.br

ABSTRACT

This article is a result of the research "Unbuilt Spaces Systems in the constitution of the Contemporary Urban Form in Brazil: Production and Appropriation - QUAPÁ-SEL II (acronym in Portuguese for Framework Landscaping - Unbuilt Spaces Systems) The paper presents the assumptions and criteria that we adopt in our analysis to the understanding of urban form and the establishments of actions aimed at the desired "qualified" unbuilt spaces system in the city. Problematises the term "qualification" and discuss the assumptions underlying the choice of categories of analysis, used for the preparation of maps made during the research syntheses QUAPÁ-SEL. The environmental, functional, aesthetic used in the analysis of building spaces show insufficient to analyze the unbuilt spaces system because they, unlike its elements are consolidated on the basis of aspects of urban mobility and accessibility, the composition of land, the dynamic economic model of climatic factors and social context considering the different dynamics of space appropriation. This reflection proposed for discussion a list of guidelines, which is not exhaustive, to establish assumptions for purposeful actions, emphasizing the need to first define the priority criteria to which the project is submitted, ie, an ethics declared to be transformed. Therefore, with the intent to provoke debate, it raises some key principles to be explained in the colloquium.*

Keywords: Unbuilt Spaces System. Urban management. Premises of plans and projects.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto é fruto da pesquisa "Os Sistemas de Espaços Livres na Constituição da Forma Urbana Contemporânea no Brasil: Produção e Apropriação – QUAPÁ-SEL II – Quadro do Paisagismo – Sistema de Espaços Livres de Edificação"¹. O artigo apresenta as premissas e os critérios a serem utilizados para o estabelecimento de ações que visem à qualificação do Sistema de Espaços Livres de edificação no território urbanizado. Desta reflexão resulta uma lista de diretrizes, que não pretende ser exaustiva, e que certamente poderá ser complementada e, principalmente, questionada em nosso debate durante o VIII Colóquio QUAPÁ-SEL.

As perguntas que movem a construção do texto são: o que se entende por qualificação do Sistema de Espaços Livres? Como reconhecer um Sistema de Espaços Livres que responda pelas necessidades e desejos dos cidadãos? Serão suficientes os resultados obtidos pela ação de uma política pública setorial sobre o Sistema de Espaços Livres? Quais seriam os critérios e as diretrizes para estabelecer ações transformadoras sobre o Sistema de Espaços Livres de edificação de uma cidade? Na era da mundialização, é possível ter referências ideais ou utópicas? Assumindo o fato de que o estudo dos espaços livres de edificação visa à sua suposta qualificação, quais seriam, então, os pressupostos que movem as ações propositivas?

Estas provocações surgiram nas discussões do grupo de pesquisa², fruto do debate sobre a essência do questionamento do método de análise e identificação de valores percebidos nos Sistemas de Espaços Livres das 33 cidades estudadas pelo grupo (CAM-

¹ Projeto Temático apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² O grupo de pesquisa é composto pelo grupo "Quadro do Paisagismo" (QUAPÁ) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e pelos grupos "Requalificação Urbana" e "Água no Meio Urbano", do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), que desenvolvem a pesquisa temática Os Sistemas de Espaços Livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação - QUAPÁ-SEL II, apoiada pela FAPESP.

POS et al., 2012), assim como na explicitação de pressupostos aceitos ou rejeitados pelo grupo.

Dentre os pressupostos rejeitados, por exemplo, parece haver consenso entre os pesquisadores do grupo de que a relação de metro quadrado “verde” por habitante não ajuda a medir a qualidade do Sistema de Espaços Livres de uma cidade. Da mesma forma, dentre os pressupostos aceitos, existe no grupo uma tendência a concordar com a ideia de que é desejável a boa distribuição de espaços livres nas cidades para fins de lazer. Entretanto, não se quer com isto dizer que esta distribuição tenha, obrigatoriamente, que estabelecer pontos equidistantes sobre o território urbano. Pelo contrário, busca-se uma relação entre densidade populacional, função e fluxos, forma de urbanização, faixa de renda, necessidades da população.

Certamente, não se pretende definir um “Sistema Ideal de Espaços Livres”, o que seria desprovido de qualquer aplicabilidade prática, mesmo que se chegasse a um consenso, uma vez que os espaços livres de uma cidade dependem de diferentes fatores: suporte físico, uso, clima, modelo econômico, condições sociais, referências culturais, aspectos históricos. Porém, os exemplos dos pressupostos citados anteriormente confirmam a existência de parâmetros que ora são refutados, ora são aceitos pelos pesquisadores do grupo.

No presente texto, optou-se por investigar quais seriam os pressupostos que levaram o grupo de pesquisa a eleger as categorias de análises dos mapas síntese do Sistema de Espaços Livres. Ao construir um mapa síntese de uma determinada cidade é necessário eleger algumas categorias de análises.

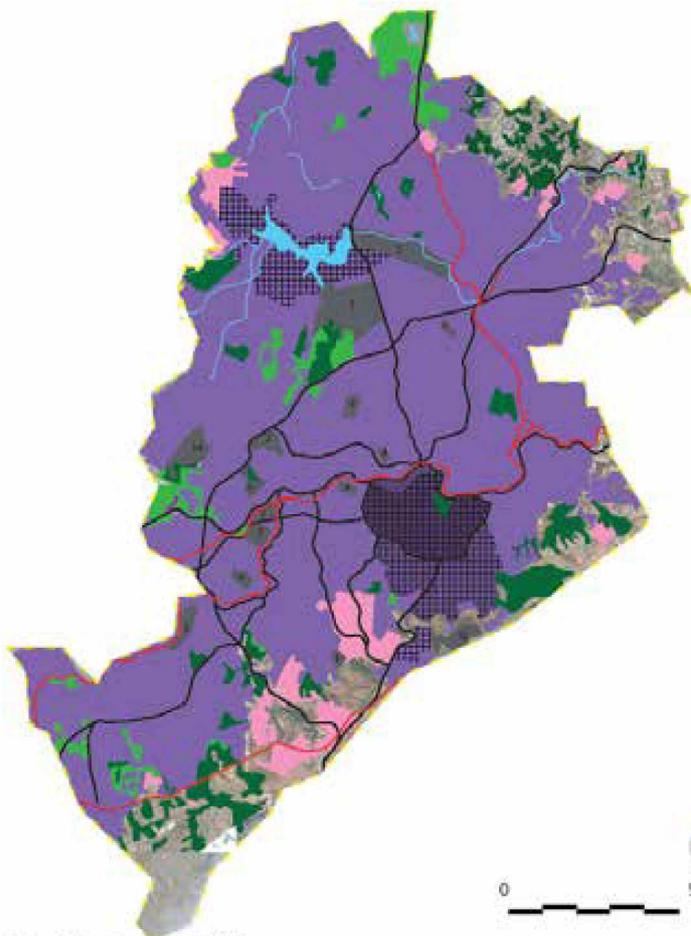
Segundo Choay (2001), que afirmava que a “utopia hoje é recuperar o sentido do lugar”, a utopia não morreu, porém, nesta segunda década do século XXI, não se trataria mais de tomar as referências do passado ou de cidades imaginárias, mas de recuperar os lugares de vida para inventar uma nova sociedade. Para a autora, o sentido do lugar faz, atualmente, um contraponto com o sentido de utopia de Tomas More, o qual afirmava que quem conhecia uma cidade, conhecia todas. Choay aproxima também, numa comparação interessante, o modelo estandardizado de More com as cidades contemporâneas estruturadas em função das redes técnicas, “indiferenciando” a cidade e o campo.

A autora ainda alertava:

[...] a condição de uma reapropriação das construções e das práticas reside no terceiro termo de More, do qual ainda não falamos, o projeto. Este deve ser concebido com respeito e fidelidade ao passado dos lugares e das comunidades que os organizaram, mas ele deve ser também assumido como inovação, projetada no futuro pelos atores locais, tão diversos ou opostos sejam eles”. [...] Mas não se trata mais de um modelo, mas de um cenário. Enquanto o modelo espacial e social era concebido por um único indivíduo, o cenário define hoje um processo a ser construído ao longo do tempo, por uma comunidade real que renova com a ética pública e com a política. [...] Uma espécie de utopia concreta. À hora da mundialização em lugar da consciência de classe, re colocamos a consciência do lugar. (CHOAY, 2001, p. 10-11, grifo nosso).

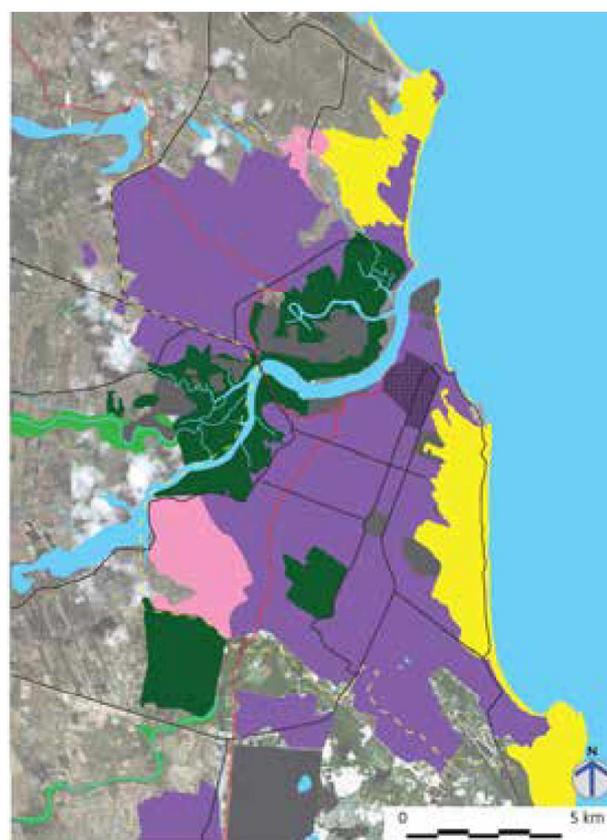


Belém do Pará - PA



Belo Horizonte - MG

- | | |
|---|---|
| ■ Centro | ■ Áreas não urbanizadas |
| ■ Tecido urbano consolidado | ■ Esp. Livres de usos espec. |
| ■ Tecido urbano não consolidado | ■ Dunas e praias |
| ■ Espaços com densa cobertura arbórea | ■ Corpos d'água |
| ■ Espaços com predominância de forrações | ■ Rodovias e vias principais |
| — Ferrovias | ▣ Tecido urbano com arborização viária significativa |
| - - - Limite municipal | ▣ Tecido urbano com boa distribuição de espaços livres e arborização viária significativa |
| ⋯ Tecido urbano com boa distribuição de espaços livres (praças, parques, etc) | |



NATAL - RN

Figura 1 Exemplos de mapas síntese do Sistema de Espaços Livres de Belém do Pará, Belo Horizonte e Natal.

Fonte: Arquivo QUAPÁ-SEL.



Figura 2 Legenda desenvolvida para a elaboração dos mapas síntese do Sistema de Espaços Livres exemplificados na figura 1.

Fonte: Arquivo QUAPÁ-SEL.

A utopia seria aquela do reencontro com a terra, com o mundo natural e concreto ao qual pertencemos. Para o estabelecimento de pressupostos de ações propositivas que considerem o lugar é necessário antes definir critérios de prioridades a que o projeto se submete, isto é, uma ética declarada do que se quer transformar, ou, resumidamente, uma “ética do projeto”.

2 QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES

Ao analisar o Sistema de Espaços Livres de uma cidade, constata-se uma série de disputas que ocorreram no território sobre um determinado suporte físico. O resultado, percebido na paisagem, ganha diferentes valores para os distintos grupos que participaram da disputa. Portanto, os aspectos físicos da paisagem são insuficientes para conotar, em definitivo, algum juízo de valor ao Sistema de Espaços Livres, pois a leitura e a hierarquia de valores devem variar de grupo para grupo social. A técnica da cartografia social apresenta claramente os diferentes valores atribuídos pelos grupos sociais a um espaço (ACSELRAD, 2008).

Ao considerar os diferentes interesses dos atores envolvidos na construção da paisagem urbana, percebem-se alguns conflitos, que, em um determinado momento (por exemplo, na implementação de um projeto), podem ser pactuados, ou, por pressão absoluta de um determinado grupo social, passa a prevalecer o interesse do grupo que domina a situação. Em ambos os casos as opiniões e valores serão controversos. Portanto, a cidade, como o seu Sistema de Espaços Livres, não carrega uma única “verdade”. Pelo contrário, a cidade e sua paisagem são resultados do acúmulo de tempos e contradições.

Entende-se o Sistema de Espaços Livres como fruto destes conflitos e pactos, portanto, um produto social, tornando-se difícil a definição de suas qualidades, se as quisermos absolutas. Todavia, pode-se apontar a expressão de determinadas “qualidades” como a face de um pacto. Trabalharemos com a ideia de “qualidade contraditória” versus “qualidade absoluta”. A “qualidade contraditória”, portanto real, revela apenas um

determinado aspecto da realidade, e, conscientemente, escamoteia os outros aspectos, que são inconvenientes para ressaltar a qualidade desejada. Já a “qualidade absoluta” apresenta a realidade como única e ideal.

Na definição de ações propositivas e transformadoras da paisagem, o uso da “qualidade contraditória” é fundamental, já que as ações propositivas possuem em si a capacidade de produzir conhecimento. A ação propositiva do arquiteto urbanista, neste sentido, deveria recusar a ideia da ação como simples aplicação de um sistema de regras preestabelecidas – portanto, recusando a ideia de modelo ideal ou de qualidade absoluta.

A qualidade contraditória possibilitaria mapear a extensão dos conflitos derivados da ação, potencializando a transparência da diversidade de conflitos, dentre os quais, o conflito entre os grupos sociais. Tentemos exemplificar: uma determinada intervenção sobre o espaço livre público pode gerar, para certos grupos sociais, um benefício econômico, e, para outros, uma exclusão na apropriação deste. Não queremos dizer que não importa a “qualidade” do projeto e da obra, ao contrário, queremos apontar que os mesmos podem ser instrumentos de inclusão ou exclusão, independente de qualidades técnica e criativa. Retomando as ideias de Choay, eticamente, o arquiteto urbanista deveria medir a qualificação do projeto pelo potencial inclusivo, pois a qualificação técnica do projeto e da obra é o mínimo esperado.

Cabe perguntar: com que método operar este conceito de “qualidade contraditória”? Como tratar de qualificar o Sistema de Espaços Livres de edificação tendo ciência de distintos valores sociais? Se a qualidade contraditória traz à luz os conflitos, a qualificação resultante não seria também parte desse conflito?

3 SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES: NECESSIDADES E DESEJOS

Os aspectos ambientais, funcionais e estéticos (BRASIL, 2002) utilizados na análise de espaços livres de edificação mostram-se insuficientes para analisar o Sistema de Espaços Livres, pois estes, diferentes de seus elementos, consolidam-se em função dos aspectos urbanos de mobilidade e acessibilidade, da composição fundiária, da dinâmica e do modelo econômico, dos fatores climáticos e do contexto social. Pode-se até afirmar que estas questões seriam tratadas pelos três aspectos apontados, entretanto, a intensidade e as relevâncias são diversas ao considerarmos o elemento isolado ou este mesmo elemento inserido no Sistema.

Nesta primeira década do século XXI, ao analisar os espaços livres de algumas cidades, constata-se que raramente existe uma gestão ou uma proposta de ação que considere os elementos como parte de um Sistema. Parece haver um descompasso entre as demandas dos diferentes grupos sociais e as ações públicas pontuais que transformam os elementos do Sistema. Dificilmente as ações públicas são coordenadas considerando os vários elementos que compõem o Sistema, o que ajudaria na construção de uma visão mais global. Quando existe uma política pública setorial específica, que atua, mesmo que parcialmente, sobre o Sistema de Espaços Livres, esta ação normalmente

mostra-se deslocada dos demais setores (habitação, transporte, saúde), resultando em enormes equívocos. Este é o caso, por exemplo, dos inúmeros parques lineares que provocaram a remoção da população dita “em situação de risco” sem a adequada política habitacional.

Cabe questionar se a única alternativa para o sujeito pobre – com habitação localizada próxima da área de interesse –, que se encontra em “situação de risco”, é sua remoção? A situação de risco não justifica por si a remoção. Muitas outras situações de risco são aceitas socialmente, como dirigir um carro, andar de avião. As ações preventivas, nos casos socialmente aceitos, minimizam os riscos (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982). Por outro lado, cabe também ressaltar que situações de risco existem de fato. Não se pode ter como pressuposto absoluto que uma remoção sempre tem por trás uma razão escusa. A situação de risco em si já é fruto e acomodação de um conflito. E o que se vê nas ações, principalmente nos últimos anos, com a profusão de parques lineares, são opções alternativas distintas: seja pela permanência, seja pela remoção. O poder público age de maneira contraditória em função da qualidade e da contradição do conflito envolvido. O que nos leva a perguntar: as ações sobre o território urbano não contêm em si uma forte carga ideológica?

Nas justificativas dos parques lineares e remoções, cria-se uma armadilha onde se contrapõem ações setoriais. Equivocadamente, parte-se do princípio de que existem inevitáveis conflitos entre as ações de provisão de habitação e de espaços de lazer e recreação, ou, ainda, como se as políticas ambientais e habitacionais fossem incompatíveis. Claramente, uma ou outra é utilizada segundo o interesse do grupo social que as promove e apoia determinadas ações. Raramente são utilizadas com uma visão de conjunto. As políticas públicas setoriais estão, por esta razão, fadadas ao fracasso (SANTOS, 2001). Faz-se necessário uma visão com maior lateralidade para conseguirmos discutir anseios e necessidades da cidade contemporânea. O que seriam estes anseios e necessidades, ou, pelo menos, os seus indícios na cidade contemporânea?

A existência de áreas destinadas à recreação, recuperação e preservação da qualidade da água urbana, assim como a implantação de infraestrutura de saneamento ambiental, é desejada até pela questão da saúde da população. Entretanto, a existência deste aparente consenso pouco serve para alavancar a implementação de projetos. Portanto, as discussões de necessidades e desejos, dos Sistemas de Espaços Livres e de outras questões setoriais urbanas passam por um filtro de prioridades diferente para cada grupo social envolvido. Esta hierarquização de valores e interesses de diferentes grupos sociais antecede e se mostra presente, de maneira distinta, em todo o processo de implementação de uma ação transformadora do Sistema de Espaços Livres.

4 CRITÉRIOS E DIRETRIZES PARA AÇÕES TRANSFORMADORAS DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES

Considerando que as ações sobre o território urbano passam por hierarquias de valores e interesses, pactuados socialmente, infere-se que, quaisquer que sejam os cri-

térios e diretrizes de ações que visem a transformar o Sistema de Espaços Livres, estes não serão, nunca, desprovidos de uma visão ideológica atrelada a interesses de grupos ou de indivíduos. Como colocado por Miranda (2005, p. 210):

○ O papel do Estado é, no mínimo, controverso, especialmente na constituição da Nação. Esses espaços urbanos, enquanto parte de expressão cultural das culturas sociais, envolvem as capacidades das sociedades para transformar as situações existentes em situações com o sentido do novo; para um campo de ações e pensamentos que ultrapassem experiências, desequilibrem, reinventem modos estabelecidos de ver, ouvir, pensar sem padronização, massificação, simplificação, repetição. São formas diferenciadas as quais, possivelmente, surgirão por meio de grupos, comunidades, lugares, tempos, espaços e conteúdos.

○ O Brasil está diante de enorme diversidade cultural, e, portanto, ao delinearem-se critérios e diretrizes de ações que objetivam transformar o Sistema de Espaços Livres, é necessário considerar o contexto do lugar.

A prática do projeto da cidade e do território pode e, necessariamente, produz conhecimento. A ideia do lugar, considerada na elaboração do projeto, revela contradições. Refuta-se, aqui, a ideia da preexistência de um conhecimento científico e de um conjunto de princípios e procedimentos legais e técnicos, através dos quais a ação propositiva não seria senão uma simples aplicação dos mesmos. Entende-se que a própria ação é uma prática reflexiva.

○ O esforço para este entendimento esteve, de certa forma, presente nas oficinas do grupo de pesquisa QUAPÁ-SEL I. O método utilizado possibilitava aos participantes amplo entendimento multissetorial e interdisciplinar, o que levava o observador menos atento a achar que não se focavam questões do Sistema de Espaços Livres.

○ O método permitiu a expressão das diferenças e diversidades, mas, ao mesmo tempo, procurou encontrar parâmetros e procedimentos gerais – o que pode aparentar, em certo sentido, uma ausência de foco – próximos aos derivados dos critérios ambientais deslocados do entendimento do lugar.

Os mapas síntese resultantes da pesquisa buscaram destacar os aspectos específicos do Sistema de Espaços Livres. Dificultam a apropriação e compreensão dos aspectos locais para o leitor ausente das oficinas, mas possibilitam reflexões a respeito das categorias de análise adotadas para a sua construção. Os itens abaixo são as categorias de análise que resultaram diretamente na legenda dos Mapas Síntese. Cada um deles busca identificar os pressupostos de descrição e intenção de transformação do sistema.

4.1 CENTRO DA CIDADE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Por que a identificação da área central é importante para um mapa de Sistemas de Espaços Livres de cidades brasileiras? Provavelmente por destacar e incorporar, na



Figura 3 Exemplos de oficinas do QUAPÁ-SEL I em Florianópolis e Manaus, realizadas entre 2007 e 2009.
Foto: Jonathas Magalhães Pereira da Silva.
Fonte: Arquivo QUAPÁ-SEL.

análise, as dinâmicas de deslocamento e os aspectos históricos. O modelo dominante de cidade brasileira infere diferentes papéis dos espaços livres, dentro e fora das áreas centrais. O modelo da cidade fragmentada, por exemplo, rompe com esta relação, entretanto, apesar da descontinuidade das ocupações urbanas, as centralidades urbanas seguem existindo, mesmo que com outras características.

Além dos diferentes modelos de cidades, a relação entre Sistema de Espaços Livres e “centro de cidade” varia segundo aspectos de localização geográfica no território brasileiro, dimensão, ou das características locais do suporte físico. Estes e demais fatores também irão alterar o significado e a relevância deste centro para o Sistema de Espaços Livres.

Portanto, como diretriz de transformação do Sistema de Espaços Livres de uma cidade ou bairro, **é necessário considerar as diferentes dinâmicas de apropriação**

do espaço público. Os **critérios de distribuição e articulação** entre os espaços dependem da sua localização na cidade, das densidades construídas e populacionais e do suporte físico.

Busquemos problematizar esta questão por meio da exemplificação: a apropriação da praça localizada no centro pode ocorrer de forma diferente em relação à praça localizada no bairro. Não se trata apenas de uma questão funcional, mas sim de considerar que a área central, por ter maior acessibilidade, densidade e diversidade de uso, demanda relações espaciais distintas das áreas localizadas no interior de um bairro residencial. Porém, caso nos apressemos nesta análise, podemos, equivocadamente, sentenciar que: enquanto uma tem, necessariamente, vocação simbólica ou voltada para a circulação, a outra é destinada ao lazer ou à contemplação. Grande equívoco! Cabe considerar que, dependendo do horário, do dia da semana e da composição funcional do centro, a praça ou calçadão ali localizados podem vir a ser apropriados de maneira bastante semelhante à da praça de bairro. Portanto, ressalta-se **a necessidade de considerar a multifuncionalidade dos elementos que compõem o Sistema de Espaços Livres.**

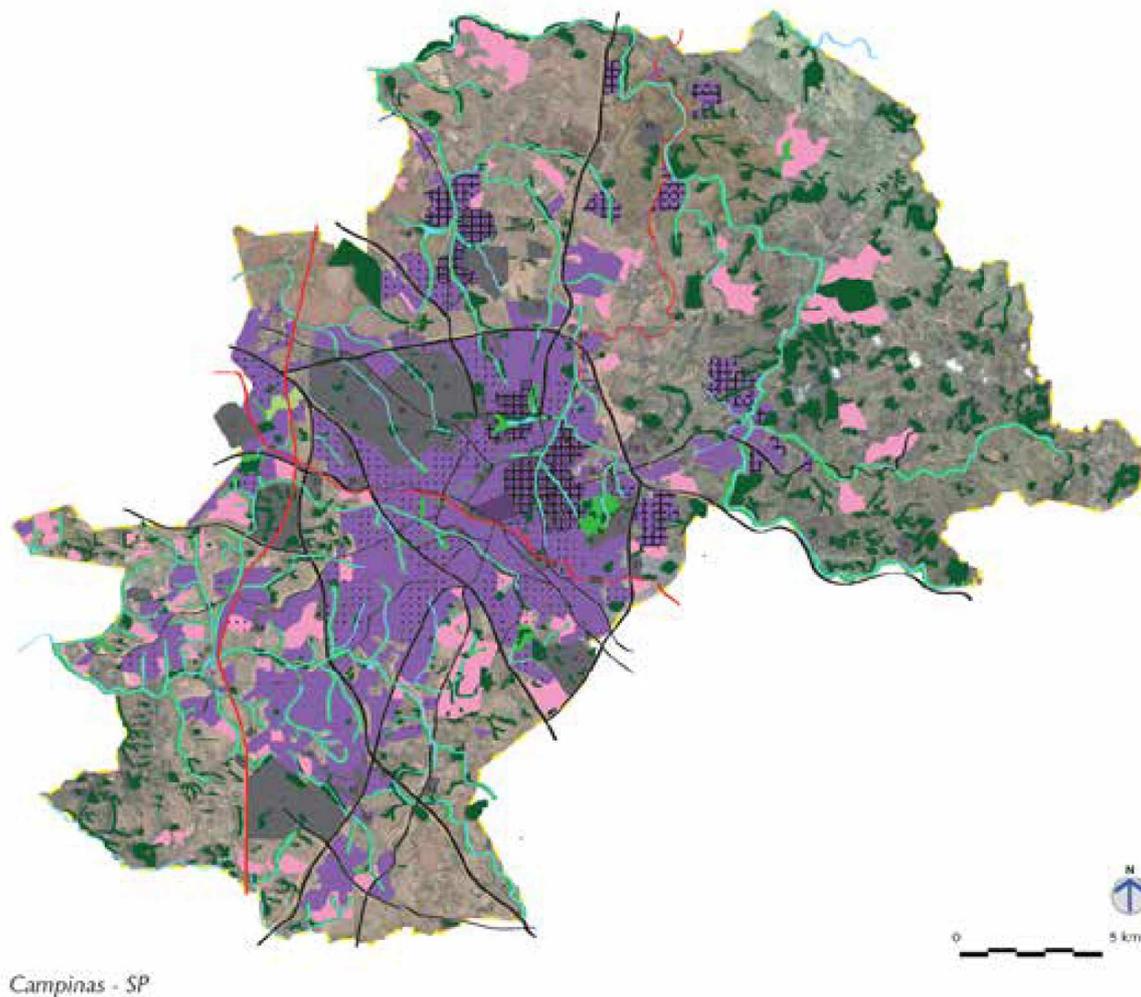


Figura 4 Mapas síntese do município de Campinas resultantes da pesquisa QUAPÁ-SEL I. Carta criada por Eugenio Fernandes Queiroga, coordenador do QUAPÁ-SEL, e Silvio Soares Macedo. Fonte: Arquivo QUAPÁ-SEL.



Figura 5 Mapas de trecho da Região Administrativa (R.A.) de São Cristóvão. A cor verde refere-se a espaços livres públicos; a amarela, a espaços livres particulares.

Fonte: Plano do Sistema de Espaços Livres da R.A. de São Cristóvão, elaborado para a prefeitura do Rio de Janeiro sob a coordenação de Jonathas Magalhães P. da Silva e Vera Regina Tângari.

4.1.1 CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO: GRAU DE CONSOLIDAÇÃO DO TECIDO URBANO E ASPECTOS FUNDIÁRIOS (CONSOLIDADO, NÃO CONSOLIDADO, NÃO URBANIZADO)

Esta categoria de análise, utilizada para a formulação dos mapas síntese, demonstra a necessidade da percepção do grau de consolidação para se compreender os limites e oportunidades da transformação dos espaços livres.

Destaca-se este fato, uma vez que os espaços públicos livres de edificação, quando localizados em área não urbanizada ou em áreas urbanizadas não consolidadas, podem ser confundidos com os espaços particulares nos levantamentos de campo. Em cidades litorâneas ou com forte presença de terras da União, cabe destacar a recente legislação, que facilitou a transferência patrimonial da União para os municípios³ e a financeirização das operações imobiliárias, que pressionam a transferência do uso para o setor privado. Este fato possibilita acelerar a dinâmica de transformação de uma área⁴.

Cabe destacar que identificar a composição fundiária das áreas, ao menos das áreas públicas, seria fundamental para uma proposição de ações que visasse à transformação do Sistema de Espaços Livres de Edificação. As instâncias federativas e as instituições e empresas públicas responsáveis pelas áreas públicas comumente desconhecem seu patrimônio, dificultando a análise. Entretanto, as oportunidades concretas podem estar veladas – não percebidas – pela falta de clareza na identificação das propriedades públicas. O que nos leva a afirmar que é importante considerar as diferentes instâncias públicas na documentação dos bens públicos para atuar sobre o Sistema de Espaços Livres.

É interessante notar que nos Planos de Requalificação dos Sistemas de Espaços Livres desenvolvidos para a R.A. de São Cristóvão e a de Jacarepaguá, ambas na cidade do Rio de Janeiro, os estudos desenvolvidos revelaram que, mesmo nos setores consolidados, a quantidade de lotes privados sem edificação era ainda superior, em área, às praças públicas – o que mostra que mesmo as áreas consolidadas podem ter grande potencial de transformação de seus espaços livres privados (SILVA; TÂNGARI, 2008; TÂNGARI; SILVA, 2009).

4.1.2 ADEQUAÇÃO DO TIPO DE COBERTURA DE SOLO (DENSA COBERTURA ARBÓREA OU COM PREDOMINÂNCIA DE FORRAÇÕES, DUNAS E PRAIAS)

O mapeamento dos tipos de cobertura do solo tem como objetivo a caracterização do lugar. A identificação das coberturas revela diferentes potencialidades, por exemplo:

- a) potencialidades microclimáticas (ao mapear as densas coberturas arbóreas);
- b) potencialidades de uso (ao identificar áreas de praia e dunas e com potencial para implantação de parques);

³ Refere-se ao Decreto nº 3.725, de 10 de Janeiro de 2001. Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.

⁴ Não se quer apontar aqui os usos equivocados deste mecanismo. Para mais informações ver SEMINÁRIO MEGA-EVENTOS E TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO RIO DE JANEIRO. In: **Anais** do SEMINÁRIO MEGA-EVENTOS E TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2013.

- c) potencialidades de adequação ambiental (quando o mapeamento revela a presença ou não da mata ciliar).

Com relação às características ambientais dos espaços, que incluem aspectos físicos e microclimáticos, ressalta-se que estas contribuem para torná-los mais ou menos atraivos à convivência humana (LABAKI et al., 2012). Neste sentido, Oke (2006) enfatiza a necessidade de descrever adequadamente as propriedades dos espaços urbanos que afetam a atmosfera. Dentre as características básicas, destaca: a estrutura urbana (dimensões dos edifícios e dos espaços entre eles, larguras e espaçamento de rua), a cobertura urbana (áreas com edificações, solo pavimentado, solo exposto, vegetação, água), o tecido urbano (construção e materiais naturais) e o metabolismo urbano (água, calor e poluentes devido à atividade humana). Estas quatro características básicas das cidades tendem a agrupar-se para formar classes urbanas com características climáticas semelhantes. A partir de estudos e pesquisas no período de 1971 a 1984, Ely (2006) detectou que apenas 20% dos trabalhos analisados contemplavam o papel do clima na Análise Ambiental e da Paisagem.

Alguns avanços ocorreram por meio de estudos que indicam que a sombra das árvores urbanas oferece benefícios significativos na redução do consumo de ar-condicionado, melhoria da qualidade do ar urbano e redução da poluição atmosférica. Além do valor estético, as árvores urbanas podem modificar o clima das cidades e melhorar o conforto térmico urbano em climas quentes. Neste sentido, a caracterização precisa da superfície urbana, particularmente em termos de tipo de superfície e distribuição da cobertura vegetal, contribui no desenvolvimento de estratégias para mitigação da ilha de calor urbana (AKBARI, 2002; AKBARI; ROSE, 2008; ABREU; LABAKI; MATZARAKIS, 2012).

Por meio desta categoria de análise inferem-se os seguintes pressupostos:

- a) o tratamento adequado dos espaços livres favorece os microclimas mais adequados em áreas urbanas;
- b) tanto o uso como a adequação ambiental de uma área devem ser potencializados com coberturas arbóreas convenientes.

4.1.3 ELEMENTOS QUE NORMALMENTE SÃO BARREIRAS E INDUZEM SETORES URBANOS (CORPOS D'ÁGUA, RODOVIAS E VIAS PRINCIPAIS, FERROVIAS)

Estes elementos interferem diretamente no Sistema de Espaços Livres, induzindo fragmentações e continuidades. Por outro lado, as barreiras para a mobilidade urbana podem ser continuidades de espaços livres de edificação. Este é o caso dos rios, das faixas de domínio de estradas e ferrovias normalmente livres de edificação, que, quando bem desenhadas, podem potencializar o estabelecimento de conexões entre fragmentos não edificados.

Ao trabalhar com informações qualitativas, infere-se que a continuidade linear de um espaço livre pode ter diferentes potencialidades e entraves. Para os ecólogos, a teoria de manchas, fragmentos e corredores tem como foco os fluxos de matéria, fauna e flora. (FORMAN, 1995).

Estas teorias, que não possuem como foco a atividade humana e urbana, contribuíram para o entendimento das dinâmicas da fauna e flora urbanas, porém, a simples transposição das mesmas para o estabelecimento de diretrizes em um programa de transformação do Sistema de Espaços Livres de uma cidade é bastante reducionista. Na cidade o espaço ganha interesses específicos e acaba por estabelecer lógicas próprias para a ocupação e a transformação urbanas. Ignorar as contraditórias motivações deste processo compromete as ações propositivas. Cabe, portanto, identificar os limites e as efetividades das transposições conceituais e **estabelecer acesso onde for necessário e continuidades de espaços livres de edificações onde for conveniente segundo princípios ecológicos e urbanísticos.**

4.1.4 SETORES DA CIDADE COM BOA DISTRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES

Conforme mencionado na introdução do presente texto, a princípio é desejável a boa distribuição de espaços livres em uma cidade para fins de lazer. Entretanto, deve-se buscar:

- a) criar relações adequadas entre a densidade populacional e a quantidade de espaços livres – por exemplo, em uma determinada cultura, a apropriação dos espaços públicos pode demandar, para as localidades de maior densidade populacional, mais espaços livres não edificados destinados ao lazer;
- b) estabelecer diferentes papéis e hierarquias de abrangência entre os elementos e tipos de espaços livres de um sistema – por exemplo, as praças normalmente assumem diferentes funções em um sistema: **as praças da área central** favorecem a passagem, o ponto de encontro, a amplitude visual; **as praças junto às principais vias** favorecem o ponto de referência, a imagem do bairro; **as praças localizadas no interior do bairro residencial** favorecem as atividades de uso esportivo, contemplativo e de lazer (SILVA; TÂNGARI, 2008); esta hierarquia é também estabelecida entre os tipos de espaços livres: ruas, largos, parques, cabendo a cada tipo atender escalas, ritmos e abrangências distintas; (MAGNOLI, 1982);
- c) procurar a complementação funcional dos elementos do sistema – por exemplo, quando os espaços livres públicos de um bairro são projetados considerando o suporte físico e a adequação ao contexto urbano, acabam por induzir diferentes usos, equipamentos e desenhos de cada espaço, estabelecendo assim a desejada complementaridade funcional entre os distintos elementos do sistema.

4.1.5 VIAS DA CIDADE COM ARBORIZAÇÃO SIGNIFICATIVA

A arborização viária pressupõe condições espaciais e dimensionais para viabilizar-se. As dimensões das calçadas são frutos da disputa com o interesse de maximizar os lucros do parcelamento, assim como de adotar ou não o modelo do transporte individual. A **arborização viária pressupõe a adequação ao clima e demanda um estudo aprofundado, que considere a possibilidade de sombreamento como fator positivo ou negativo ao conforto humano.**

Os desenhos e especificações da arborização nas vias urbanas necessitam de cuidados na adequação das demandas urbanas como:

- a) escolha de elemento arbóreo com tipo de raiz não superficial, de forma a evitar o rompimento da pavimentação;
- b) escolha de elemento arbóreo com folhagem e porte compatíveis com o sistema de drenagem ou de iluminação, de forma a evitar entupimentos e sombreamentos noturnos;
- c) escolha de forma a minimizar custos com limpeza e varrição pública, evitando a geração de material orgânico (folhas e frutos) sobre o passeio público.

Outro aspecto a considerar são os pressupostos conceituais utilizados na especificação dos elementos arbóreos a serem plantados em via pública. Se, por um lado, quer se estabelecer uma identidade à via, por meio da repetição da mesma espécie, deve-se tomar cuidado com a prevenção de propagação de pragas e doenças entre elementos da mesma espécie. É necessário **estabelecer equilíbrio entre a identidade do lugar e a diversidade de espécies especificadas.**

Neste contexto, Abreu e Labaki (2010) ressaltam que o conhecimento sobre o conforto térmico proporcionado por um indivíduo arbóreo isolado em seu raio de influência também é importante variável a ser considerada nas intervenções dos espaços urbanos, aproveitando com inteligência os benefícios da vegetação sobre o microclima urbano, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

4.1.6 ESPAÇOS LIVRES DE USOS ESPECIAIS (CEMITÉRIOS, CAMPI, ÁREAS DO EXÉRCITO)

Os espaços livres de usos especiais foram destacados nos mapas síntese por terem caráter mais permanente na cidade, mas, dependendo do contexto, é possível **transformar o uso e estabelecer conexões entre diferentes setores da cidade.**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PRESSUPOSTOS QUE MOVEM A AÇÃO PROPOSITIVA

A reflexão desenvolvida ao longo do texto a respeito dos pressupostos que envolvem as categorias de análise utilizadas para a confecção dos mapas síntese resulta em

uma lista de diretrizes que não pretende ser exaustiva, e que, certamente, poderá ser complementada e questionada com o avanço das pesquisas. São elas:

- considerar as diferentes dinâmicas de apropriação do espaço público;
- estabelecer critérios de distribuição e articulação do Sistema de Espaços Livres;
- considerar a multifuncionalidade dos elementos que compõem o Sistema de Espaços Livres;
- considerar as diferentes instâncias públicas na documentação dos bens públicos;
- favorecer a preservação de microclimas mais adequados em áreas urbanas;
- considerar as potencialidades das coberturas vegetais existentes, quanto ao uso e adequação ambiental;
- estabelecer condições de acessibilidade onde for necessário e continuidades de vazios onde for conveniente aos princípios ecológicos e urbanísticos;
- criar relações adequadas entre a densidade populacional e a quantidade de espaços livres;
- estabelecer diferentes papéis e hierarquias de abrangência entre os elementos e tipos de espaços livres de um sistema;
- potencializar a complementação funcional dos elementos do sistema;
- adequar a relação de espaços livres intralotes com os espaços públicos, considerando a cultura local;
- considerar a possibilidade de sombreamento nos espaços livres como fator positivo ou negativo ao conforto humano;
- estabelecer equilíbrio entre a identidade do lugar e a diversidade de espécies utilizadas;
- transformar o uso e estabelecer conexões entre diferentes setores da cidade.

Em se tratando de projetos de espaços públicos deve-se ter presente que, normalmente, existem contradições entre o contrato e a demanda, pois o contratante (instância qualquer do poder público) não é quem irá frequentar ou usufruir diretamente do espaço. As demandas políticas podem não atender as demandas do local, do bairro ou da cidade.

○ arquiteto urbanista que lida com esta dualidade deveria:

- debater os critérios de prioridades aos quais o projeto se submete, isto é, uma ética declarada do que se quer transformar, ou, resumidamente, uma “ética do projeto”;
- conduzir o processo de forma a possibilitar a construção de pactos; ao entrar como uma peça no jogo da transformação urbana, será muito difícil manter uma coerência absoluta, portanto, uma maneira sadia de enfrentar o processo é explicitar todos os aspectos contraditórios envolvidos e buscar dialogar.

Como diretriz, cabe ter alguns princípios que ajudam a enfrentar os conflitos por meio de questões que referenciam o rumo da ação. Exemplos:

- **optar por caminhos onde a ação seja inclusiva, e não exclusiva** – questões: o projeto reafirma as segregações espaciais? o projeto minimiza as segregações espaciais existentes? os acessos existentes privilegiam um grupo em detrimento de outro?;
- **optar por ações que recuperem a mais-valia do solo** – questões: a ação recupera a mais-valia do solo para ser investida em demandas de grupos sociais menos favorecidos? ou a mais-valia recuperada é usada para alavancar negócios?;
- **optar por ações que distribuam sobre o território os espaços livres de lazer e recreação** – questões: a localização proposta para o espaço livre público é coerente com a densidade, o fluxo e uso? o programa é complementar aos espaços já implantado na região?;
- **optar por ações que possibilitem acesso e maior mobilidade urbana por meio de transporte público** – questões: o espaço livre promove a integração com o entorno urbano imediato? os acessos dialogam com o transporte público existente e previsto?

Esperamos que as questões levantadas contribuam para a construção conjunta das premissas e dos critérios de ações que visam a transformar o Sistema de Espaços Livres de nossas cidades. A compreensão das premissas que adotamos em nossas análises permite avançar na discussão da forma urbana e da paisagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Loyde Vieira; LABAKI, Lucila Chebel. Conforto térmico propiciado por algumas espécies arbóreas: avaliação do raio de influência através de diferentes índices de conforto. **Ambiente Construído**, Revista da Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 10, n. 4, out/dez, 2010, p. 103-117.
- _____; _____; MATZARAKIS, Andreas. **Reduction of mean radiant temperature by cluster of trees in urban and architectural planning**. In: Tropical Climates The case of Campinas, Brazil. In: PLEA2012 - 28TH CONFERENCE, OPPORTUNITIES, LIMITS & NEEDS TOWARDS AN ENVIRONMENTALLY RESPONSIBLE ARCHITECTURE Lima, Peru 7-9, November 2012.
- ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro (UFRJ-IPPUR), 2008. 168 p.
- AKBARI, Hashem. Shade trees reduce building energy use and CO2 emissions from power plants. **Environmental Pollution**, 116, 2002, p. 119-126.
- _____; SHEA ROSE, Leanna. Urban Surfaces and Heat Island Mitigation Potentials. **Journal of the Human-Environmental System**, vol. 11, n. 2, 2008, p. 85-101.
- BRASIL. Decreto nº 3.725, de 10 de Janeiro de 2001. Regulamenta a Lei nº 9636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 11 jan. 2001, p. 4.
- BRASIL. **PROJETO ORLA**: fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002. 78 p.
- CAMPOS, Ana Cecília de Arruda; QUEIROGA, Eugenio Fernandes; GALENDER, Fany Cutcher; DEGREAS, Helena; AKAMINE, Rogério; MACEDO, Silvio Soares; CUSTÓDIO, Vanderli (Orgs.). **Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras**. São Paulo: FAUUSP, 2012.

CHOAY, Françoise. L'utopie aujourd'hui c'est retrouver le sens local. **Courrier International**, n° 533, supplément, 18 janv. 2001.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and culture: an essay on the selection of technical and environmental dangers**. Los Angeles: Berkeley: University of California Press, 1982. 232 p.

ELY, Deise Fabiana. **Teoria e método da climatologia geográfica brasileira: uma abordagem sobre seus discursos e práticas**. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2006.

FORMAN, Richard T. T. **Land mosaics: the ecology of landscapes and regions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

LABAKI, Lucila Chebel; FONTES, Maria Solange Gurgel de Castro; BUENO-BARTHOLOMEI, Carolina Lotufo; DACANAL, Cristiane. Conforto térmico em espaços públicos de passagem: estudos em ruas de pedestres no estado de São Paulo. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, jan./mar. 2012, p. 167-183.

MACEDO, Silvio; QUEIROGA, Eugenio Fernandes; GALENDER, Fany Cutcher; CAMPOS, Ana Cecília de Arruda; CUSTÓDIO, Vanderli; DEGREAS, Helena; GONÇALVES, Fabio Mariz et al. (2011). Os Sistemas de Espaços Livres e a constituição da esfera pública contemporânea brasileira. **Relatório de pesquisa**, FAUUSP, São Paulo, 1995.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 1982. 116 f. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. O parque no desenho urbano. **Paisagem e Ambiente: ensaios**, n. 21, 2006, São Paulo: FAUUSP, p. 199-214.

OKE, Tim R. **Initial guidance to obtain representative meteorological observations at urban sites**. WMO, Instruments and Observing Methods, Report n° 81, WMO/TD-No. 1250, 2006.

SANTOS, Milton. **O país distorcido**. São Paulo: Publifolha, 2001. 224 p.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da; TÂNGARI, Vera Regina. Requalificação de paisagens centrais: o Plano de Integração dos Espaços Públicos Livres de Edificação da Região Administrativa de São Cristóvão – Rio de Janeiro. In: TERRA, Carlos G.; ANDRADE, Rubens de (Org.). **Construções de paisagens: instrumentais práticos, teórico-conceituais e projetuais**, v. 3, Coleção Paisagens Culturais. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Belas Artes, 2008, p. 375-387.

TÂNGARI, Vera Regina; SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Integrated Open Spaces and Green Areas Plan for the Regional Districts of Jacarepaguá and Cidade de Deus, in Rio de Janeiro/Brazil. **Conceptual Proposal**. In: 46th IFLA WORLD CONGRESS 2009, Rio de Janeiro. Proceedings – Green Infrastructure: High Performance Landscapes. Rio de Janeiro: ABAP – PROURB FAU UFRJ, v. 1, Rio de Janeiro, 2009.